



Animação e alegria marcam festa do Dia do Aposentado na Sede Campestre da APCEF/RJ

(Página 3)



Sem incorporação, participantes do REB estão fora do Novo Plano

Os beneficiários da Funcef, sobretudo, os participantes do plano REB estão fadados ao desrespeito e ao descumprimento de acordos. Cinco anos após a Diretoria Executiva da Fundação aprovar um cronograma de incorporação, os beneficiários do fundo de pensão foram surpreendidos com a decisão do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) que nega a incorporação do REB ao Novo Plano. A decisão fez com que a Funcef e a Caixa voltassem atrás e descumprissem o negociado. O acordo foi uma conquista da Campanha Salarial de 2014.

A alegação dada é de que não é favorável que a patrocinadora assumira os custos adicionais de contribuições previdenciárias, além do processo não encontrar respaldo para aumento de custo apresentado. O desrespeito à tratativa dei-

xará “na mão” mais de 9 mil participantes que esperam a incorporação do REB ao Novo Plano.

Uma das discrepâncias do REB para o Novo Plano é o percentual de contribuição. Enquanto o Novo Plano tem faixa contributiva de até 12% da patrocinadora, no REB esse percentual varia de 2% a 7%, o que proporciona um acúmulo menor de valores, e reduz assim os benefícios recebidos na aposentadoria. Segundo informações da Funcef, o Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia) admite realizar novo exame do pleito no futuro. A Fenae está analisando se é possível entrar com medidas judiciais para defender os beneficiários.

“Desde 2006, a incorporação do REB ao Novo Plano vem sendo debatida com a Funcef e a Caixa. Em 2014, a diretoria da Fundação se comprometeu a dar andamento à proposta,

só que, não foi implantada. Como se não bastasse os prejuízos acumulados durante os anos de silêncio, agora os participantes do REB são apunhalados e têm negados covardemente a incorporação ao Novo Plano. Um ato inadmissível que precisa ser contestado”, afirma o Presidente da APCEF/RJ, Paulo Matileti.





Defesa da Caixa pública precisa ser intensificada

O ano de 2019 mal começou e o governo Bolsonaro já mostrou que continuará com as investidas avarentas iniciadas na gestão Temer, que visa mitigar os direitos dos trabalhadores e entregar o patrimônio público às mãos do mercado privado. Como já era de se esperar, a Caixa Econômica Federal, em meio aos seus 158 anos, volta novamente a ser o alvo dessa inescrupulosa política que busca desvalorizar a empresa e seus empregados para abrir seu capital.

Logo no primeiro dia útil do ano, o recém nomeado Presidente da Caixa, Pedro Duarte Guimarães, demonstrou claras intenções de entregar ao mercado privado partes das áreas de atuação da CEF, como cartões, Loterias, Asset e seguros. Além disso, o novo mandatário pretende incluir militares em determinados postos de di-

reção. São apunhaladas que já estavam pré-anunciadas, mas que precisam ser veementemente combatidas.

Para completar ainda mais seu pacote de discursos entreguistas, Pedro Guimarães afirmou também que o banco tem uma dívida com o Tesouro de R\$ 40 bilhões, resultante de uma crise que levou a CEF a buscar ações para equilibrar a desestabilidade das contas públicas, a fim de evitar um impacto ainda maior na renda da população. Ainda segundo o presidente do banco, a conta da Caixa precisa ser paga em quatro anos, período que “coincidentalmente” equivale ao do governo de Jair Bolsonaro.

Está mais do que claro que as intenções de Guimarães, bem como do atual governo, são depreciar e desvalorizar a Caixa 100% pública, a fim de embasar o discurso

falacioso sobre a necessidade de privatização do banco. Ou seja, mais uma vez, a CEF se vê frente às ações gradativas e depreciativas de um governo avarento que não tem interesse no social e sim econômico.

2019 está apenas começando, e podemos imaginar o que pode nos esperar. Por isso, a APCEF/RJ renova suas forças para seguir firme com a nossa luta. É claro que manteremos o compromisso de continuar com as ações de cunho social em benefício dos associados, dando sequência à promoção de cursos, palestras, eventos e festas. No entanto, nosso foco é manter firme a luta em defesa da Caixa 100% pública. Pois defender a Caixa é defender os empregados. É defender o Brasil!

Paulo Matileti
Presidente da APCEF/RJ

Caixa Minuto é ilegal, determina Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho declarou que o Caixa Minuto é ilegal. A sentença foi publicada pela juíza Natalia Queiroz Cabral Rodrigues, da 22ª Vara do Trabalho de Brasília (DF), que atendeu a Ação Civil Pública (ACP) ingressada e ajuizada pela FEEB SP/MS (Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul) e pelos sindicatos filiados em 2017. A Caixa, por sua vez, entrou com recurso, e aguarda julgamento.

Na decisão, foi destacado que “o rol de atividades do caixa é complexo” e a alteração efetuada pela Caixa é prejudicial aos bancários. A função exige máxima atenção, e caso não seja cumprida corretamente, irá acarretar em prejuízos sob exclusiva res-

ponsabilidade do empregado, ocasionando na redução da remuneração. Logo, uma vez que se estabelece tempo limite para a realização de serviço múltiplo que requer cautela, passa a sujeitar o trabalhador a um risco maior de desempenho às suas atividades.

Além de dificultar o exercício de trabalho do funcionário, o Caixa Minuto o condiciona a pressão psicológica, que pode acarretar na estabilidade da saúde física e emocional do bancário, gerando, assim, inúmeras doenças. Segundo a sentença “ainda que o empregado que pode ser designado por minuto tenha realizado curso para exercer a função de caixa, ele atuará sempre no risco, pois, só de forma eventual atua no caixa e é humanamente impossível reter todos

os procedimentos relativos aos produtos do banco se ele não atua no caixa de forma habitual.”

“O Caixa Minuto é uma das ações mais surrealistas da Caixa contra a classe trabalhadora. As determinações estabelecidas pela medida são completamente fora da realidade dos direitos à integridade da saúde física e psicológica dos empregados. Além das múltiplas responsabilidades exigidas para o exercício da função de caixa, o cargo na CEF possui um peso maior por compreender ainda atendimentos diferenciados à população, como FGTS, seguro-desemprego, crédito imobiliário e operações relativas a políticas públicas. É um absurdo”, ressalta Paulo Matileti, Presidente da APCEF/RJ.

Expediente

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Paulo César Matileti
Vice-Presidente: Simone Saturnino Braga
Diretor Financeiro: Carlos Lima de Barros
Diretor Adm. e de Patrimônio: Ricardo Correa de Araújo
Diretor de Assuntos Jurídicos: Heitor Menegale
Diretor Sócio Cultural: Franklin Trindade de Brito
Diretor de Esporte e Lazer: César Augusto Vasconcelos
Diretor de Comunicação e Marketing: Sergio Amorim
Diretora de Rel. de Trabalho, Sindicato e

Corporativos: Maria Izabel Menegatti
Diretora de Assuntos dos Aposentados e Previdência: Georgette Muniz de Carvalho
Diretor de Assuntos Interiores: Arrizon Olinto de Souza
Diretor Executivo: Júlio Afonso Silva
Diretor Executivo: Manoel Lopes de Carvalho
Diretor Executivo: Lázaro Antônio de Santana
Diretor Executivo: Rogério Costa Campanate

CONSELHO FISCAL

Efetivos
Evaldo Cesar Soares; Carlos Alberto Oliveira; Afonso Henrique Costa

Suplentes

Antônio Carlos Duque; Maria Mercedes Fonseca

CONSELHO DELIBERATIVO

Enilson Antônio do Nascimento; Plínio Magalhaes Fonseca; Carlos Fernandes Coutinho; João Alberto Gomes da Silva; Ronaldo Pessanha; Leonardo Lopes Lima; Jorge Lima de Melo; Flávio Randis da Silva Ribeiro; Adauto Ferreira da Luz Filho; Anibal César Ferreira França; Mário de Souza.

Sede Administrativa: Av. Treze de Maio, 23 - slj - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-000 - Telefones: (21) 2240-1613 /

2532-4275 - Fax: 2240-3475. www.apcefrj.org.br - E-mail: apcefrj@apcefrj.org.br

Sede Campesre Jacarepaguá
Est. do Quitite, 362 - Freguesia - Tel.: 2447-3141

Sede Praiana de Cabo Frio
Avenida dos Jardins, nº 1, Cancela 2 - Praia do Foguete- Cabo Frio - Tel.: (22) 2647-2210

APCEF RIO JORNAL
Jornalista responsável: Edilson Monteiro (Reg. Prof. nº 0365103/RJ)
Fotografias / Edição / Revisão e Diagramação: Convictiva Comunicação
Tel.: (21) 3549-3633
Site: www.convictiva.com.br
facebook.com/convictiva

APCEF/RJ

Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal



APCEF/RJ comemorou o Dia do Aposentado com churrasco e muita alegria

Animação. Esta é a palavra certa para definir o almoço dançante em comemoração ao Dia Nacional do Aposentado (celebrado no dia 24/01), que ocorreu dia 23 de janeiro, na Sede Campestre da APCEF/RJ, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro. O evento contou com um buffet de churrasco, bebidas geladas e sobremesas deliciosas. A festa disponibilizou ainda atrativos como spa dos pés e shiatsu expresso, da empresa Viva Melhor, que deixaram os presentes ainda mais relaxados.

O som ficou por conta da dupla Sabiá e Ceíça Diniz, que cantaram músicas atuais levando os convidados para a pista de dança. Surpreendendo a todos que estavam na festa, a chegada da bateria da Escola de Samba Unidos da Tijuca trouxe mais alegria ao ambiente com suas rainhas de baterias que fizeram passinhos e puxavam as pessoas para o trenzinho. Havia também a cabine de fotos malucas para registros engraçados dos aposentados e acompanhantes.

O evento contou com a participação da Diretoria da APCEF/RJ, entre eles estavam: Paulo Matileti, Presidente da Entidade; Simone Saturnino, Vice-Presidente da Associação;

Franklin Trindade, Diretor Sociocultural; Ronaldo Pessanha, membro do Conselho Deliberativo; e Ricardo Correa, Diretor Administrativo e de Patrimônio.

No final do evento foram sorteados eletrodomésticos e viagens para a Sede Praiana, em Cabo Frio. Paulo Matileti, Presidente da Associação, agradeceu a presença de todos e lembrou que embora a CEF esteja passando por momentos ruins, é preciso que a luta seja mantida. “A Caixa passa por momentos difíceis, o novo governo não está colaborando muito para manter o nosso banco 100% público, mas não podemos deixar que isso nos abale. Precisamos seguir firmes em defesa da CEF pública. Vamos celebrar o Dia do Aposentado, e, amanhã a luta continua”, finalizou o Presidente da APCEF/RJ.



Aproveite o restante do verão na Sede Praiana da APCEF/RJ em Cabo Frio

O verão chegou com tudo. Para aproveitar o melhor da época mais quente do ano, a APCEF/RJ disponibiliza aos seus associados a Sede Praiana de Cabo Frio. Localizada a 200 metros da praia do Foguete, na Região dos Lagos, o local é ideal para curtir com família e amigos.

Há belíssimas suítes com televisão, ar-condicionado, ventilador e frigobar. A Sede dispõe ainda de churrasqueiras, restaurante, salão de jogos, piscina aberta, sauna, Wi-Fi e estacionamento com segurança 24h, além de oferecer café da manhã, e almoço.

A Sede Praiana da APCEF/RJ fica na Avenida dos Jardins, nº 01 - Cancela 02, Praia do Foguete, em Cabo Frio. Reservas através do e-mail: reservas@apcefrj.org.br ou pelo telefone (21) 2532-4275. Associe-se hoje mesmo e aproveite o restante do verão na Região dos Lagos.



Absurda proposta de Reforma da Previdência visa restringir ainda mais os direitos dos trabalhadores



A retirada de direitos pelo governo federal permanece incessantemente com ataques à classe trabalhadora. Após a desastrosa Reforma Trabalhista implementada no governo Temer, o governo Bolsonaro está prestes a retirar do forno uma Reforma da Previdência completamente absurda, que prevê o sistema previdenciário como uma espécie de capitalização. O texto da proposta deve ser encaminhado ao Congresso Nacional em fevereiro.

A medida pretende estabelecer obrigatoriamente aos milhões de trabalhadores brasileiros que destinem uma parte do seu salário em uma conta de capitalização indivi-

dual, numa espécie de poupança, para quem sabe um dia, usufruir do seu benefício na aposentadoria. No modelo atual, a previdência é financiada por um tripé formado por contribuições ao governo, empregados e empregadores. A participação do segmento empresarial é de 70% da fonte de custeio na folha de pagamento.

Este formato de capitalização proposto na Previdência foi adotado no Chile em 1981, durante a ditadura do general Augusto Pinochet, que afundou a economia daquele país. Em meio a economia à deriva da inflação prevista em 4,03% e da desvalorização da moe-

da, com um índice de desemprego alarmante que já atinge aproximadamente 14 milhões de brasileiros, as chances da proposta de Jair Bolsonaro dar certo é quase zero.

“Estamos vivendo um momento de sucateamento de direitos dos trabalhadores como há muito tempo não víamos acontecer no Brasil. Não bastasse implementar uma Reforma Trabalhista que sentenciou a proteção social da classe trabalhadora à mercê do empresariado, agora querem adotar medidas que precarizam a aposentadoria de milhões de brasileiros”, ressalta Paulo Matileti, Presidente da APCEF/RJ.

CPA-20

Caixa vai ressarcir custos para parte dos empregados, mas a luta é que o direito seja extensivo a todos

Após alteração no normativo RH 142, a Caixa informou que irá ressarcir os custos com a CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA — Série 20) aos empregados substitutos eventuais integrantes dos bancos de sucessores. O anúncio foi feito por meio da Gener (Gerência Nacional de Negociação Coletiva e Relacionamento com o Empregado) à Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro).

Esta é uma reivindicação antiga dos representantes dos trabalhadores. Contudo, o direito ainda não contempla a todos os empregados. Após questionamento feito pela Contraf-CUT sobre o ressarcimento do valor da certificação, o banco declarou em comunicado que “os eventuais que se enquadrem nesse critério poderão ser ressarcidos da taxa de exame, desde que seguidos os procedimentos descritos no normativo. Para os demais, não há previsão de extensão de reembolso”.

“Mesmo sendo uma conquista, é necessário que o ressarcimento seja garantido a todo o quadro de pessoal da Caixa. A categoria fará reivindicação consistente para ampliação desse direito a todos os empregados”, afirmou Paulo Matileti, Presidente da APCEF/RJ.

Diretor da Funcef afirma que déficit da Fundação diminuiu em 2018



Após registrar sucessivos déficits desde 2010, a Funcef apresentou o primeiro superávit no período de janeiro a novembro de 2018. A informação foi dada pelo diretor de planejamento e controladoria da Funcef, Max Mauran, em reunião de apresentação dos resultados da Fundação, realizada no dia 4 de fevereiro, no auditório do prédio da Almirante Barroso, no Centro do Rio de Janeiro.

Segundo Max Mauran, de 2017 para 2018 houve uma redução de 5.598 para 4.157 milhões de reais no déficit do Reg/Replan Salgado. Além disso, dados divulgados anteriormente pela Funcef apresentaram resultado positivo de R\$ 1,66 bilhão. O resultado, porém, não captura os valores referentes à Vale e outros ativos que ainda serão incorporados no fechamento do balanço de 2018 que, após a tragédia de Brumadinho, podem ser positivos ou negativos. As ações da mineradora são o principal ativo na carteira dos planos.

Mas, mesmo com números animadores, a Fundação não abrirá mão do alongamento do equacionamento para alguns planos e os beneficiários continuarão a ter descontos no contracheque. Questionado sobre o Contencioso — passivo trabalhista que vem sendo cobrado no contracheque dos beneficiários do fundo de pensão, e que corresponde a 23% do déficit —,

Mauran, disse que os diretores concordam que essa conta deveria ser da Caixa, porém, o comando deve sair do presidente da Funcef que já deu a entender que não entrará com ação contra o banco.

Presente no evento, o Presidente da APCEF/RJ, Paulo Matileti, comentou que apesar do equacionamento ser “oxigênio” para o reequilíbrio das contas da Fundação, os beneficiários estão pagando uma conta que não é deles. “Esse saldo devedor não deveria cair no colo de quem trabalhou anos para manter uma previdência complementar, sobretudo, quando falamos do Contencioso da Caixa. A direção da Funcef precisa se posicionar de forma contundente e cobrar da Caixa o pagamento dessa conta. Esse rombo não é nosso e precisa ser sanado somente pelo banco. É um absurdo que precisa ser revisto”.

Ao final da apresentação, o diretor da Fundação abriu espaço para sanar dúvidas e ressaltou que a diretoria eleita da Funcef tem realizado ações públicas e práticas incisivas na defesa dos direitos dos participantes do plano e da própria Fundação. “Como o próprio diretor da Entidade comentou: a ‘extinção da Funcef é o fim do benefício’, por isso, é necessário que continuemos em luta na defesa do fundo de pensão dos empregados da Caixa”, ratifica o Presidente da APCEF/RJ.